



**ACÓRDÃO Nº1263/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11575/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Antônio Junior de Souza Brandão (Ordenador de Despesa) e Darcelo Cavalcante Gomes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6440/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC, exercício de 2018, sob responsabilidade do **Sr. Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário da SEPDEC no período de 01/01/2018 à 06/06/2018, e do **Sr. Antônio Junior de Souza Bandão**, Secretário da SEPDEC no período de 07/06/2018 à 31/12/2018, nos termos do art. 22, III, “b” e art. 25 da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III. “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das graves irregularidades cometidas;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário da SEPDEC no período de 01/01/2018 à 06/06/2018, no valor de **R\$ 14.894,73** (quatorze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), com fulcro no art. 1º, XXVI, c/c art. 54, II, ambos da Lei Orgânica 2.423/96, e art. 308, VI, pelas impropriedades não sanadas contidas nos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, do Relatório e Voto. Valor este que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código



**ACÓRDÃO Nº1263/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Junior de Souza Brandão**, Secretário da SEPDEC no período de 07/06/2018 à 31/12/2018, no valor de **R\$ 14.894,73** (quatorze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), com fulcro no art. 1º, XXVI, c/c art. 54, II, ambos da Lei Orgânica 2.423/96, e art. 308, VI, pelas impropriedades não sanadas contidas nos itens 7, 8, 9, 10 e 11, do Relatório e Voto. Valor este que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Arquivar** o processo, após o cumprimento de todas as formalidade legais.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Dezembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral